

---

## PROJECTO DE DIPLOMA RELATIVO A MEDIDAS URGENTES DE REORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

---

### PARECER

O Ministério da Justiça solicitou a este Sindicato parecer relativo ao projecto de diploma sobre medidas urgentes de reorganização judiciária.

Muito embora o prazo para análise e emissão de parecer seja extremamente reduzido, já que, para uma melhor avaliação das razões, fundamentos e impacto das medidas, se exigiria uma audição dos magistrados em actividade nos Tribunais afectados pelas medidas o que é, manifestamente, impossível em tão reduzido espaço temporal, ainda assim o SMMP não quer deixar de, desde já, apresentar aqui alguns comentários e observações, sem prejuízo de se disponibilizar para outras e diferentes formas de contribuição sobre o assunto em apreço

Ao SMMP oferece-se dizer o seguinte:

#### **a) Inoportunidade do projecto Legislativo**

É sabida a pretensão de o Governo proceder à reformulação (reforme) da organização judiciária (vulgo, mapa judiciário), no mais curto espaço de tempo.

Está já no conhecimento público um estudo elaborado a pedido do Governo o qual contém já as grandes linhas de estruturação da orgânica judiciária (substituição de comarca e círculos por novas áreas judiciárias, circunscrições e juízos de proximidade; extinção de comarcas; estabelecimento de unidades novas, como as Casas de Justiça, etc.).

Esta é apresentada como uma reforma de fundo, com o objectivo de resolver os (permanentes) bloqueios do sistema ao nível dos recursos humanos, recursos técnicos, instalações e equipamento; ao nível da (irracional e datada) distribuição geográfica dos serviços; ao nível da gestão, etc.

A aposta do Governo é essa reforma!

Ora, se assim é, mal se compreende a “fuga para a frente” que parece representar a apresentação deste projecto, alheio, além do mais, às grandes linhas que o Governo pretende projectar na reforma global do mapa judiciário.

Parece, pois, faltar aqui, mais uma vez, uma verdadeira “gestão estratégica” de uma reforma, orientada por objectivos claros e delineada de acordo com calendários, etapas e metas a atingir.

Esta “revisão” intercalar aparece, por isso, a nosso ver, como extemporânea e sem verdadeira e evidente justificação.

É uma perspectiva de horizontes curtos!

Com isto não se pretende pôr em causa a legitimidade ou a competência do Governo para a “criação”, “reformulação” ou “extinção” oportuna e circunstancial, de tribunais.

O que queremos significar é que não se encontra justificação para se proceder, agora, a uma tão vasta “revisão” orgânica, descontextualizada da prometida reforma geral e que, com probabilidade (na óptica do Governo), dentro em breve se virá a “dissolver”!

Estas “revisões” fragmentárias, dispersas e atomistas, em vez de se traduzirem num aumento real de eficácia, causam, em regra, mais perturbação nos serviços, potenciam mais disfunções na gestão processual e provocam mais incómodos e dissabores aos cidadãos.

Elas não servem, por isso, os objectivos que vêm referidos na exposição de motivos, nomeadamente no que tem que ver com a dita “melhoria de vida dos cidadãos”, já que, repentinamente, estes passam a ser confrontados com imponderáveis alterações funcionais e geográfico-judiciárias em relação a situações pendentes.

Vão potenciar-se perturbações no funcionamento das unidades orgânicas a criar/converter/extinguir, em virtude de pressuporem, em certos casos, alterações de competência territorial.

#### **b) Os Processo, os números e os interesses das pessoas**

A fundamentação da proposta do Governo assenta, essencialmente, num factor “volátil” e “insensível”: o número de pendência processual.

Só que esse factor, por si só pouco diz, se não for tratado com cuidado e em função dos interesses subjacentes.

Diga-se, em primeiro lugar, que o Governo não clarifica o modo como chegou aos resultados numéricos – que apresenta, aliás, de forma matematicamente pura! – sobre os quais assenta a sua proposta.

Diga-se, também, que o Governo lida com o número de processos pendentes como se estes fossem todos “iguais” e não dissessem respeito a diferentes interesses (da vida) das pessoas que, por serem (tais interesses) diferentes, exigem um tratamento diferenciado com medidas diferenciadas, rejeitando-se (devendo rejeitar...) um equilíbrio estatisticamente puro na sua equação igualitária e que não tenha em atenção a natureza das diferentes jurisdições.

Na verdade os processos de menores, nomeadamente os processos de promoção e protecção, muitos deles a sua tramitação decorre até à maioria do menor, com despachos de revisões obrigatórias no máximo de seis em seis meses, o que implica que a sua tramitação decorra durante longos anos no tribunal.

Por outro lado, toma como bom um número reportado a uma certa e rígida data, sem atender a um estudo/análise de tendências de linhas evolutivas (no sentido crescente ou decrescente!), num certo prazo que permitisse uma avaliação objectiva dessa evolução.

De nada disso, com efeito, se dá conta o projecto.

Finalmente, e neste capítulo, não pode deixar de se salientar a visão “fixista” que o Governo mostra ter sobre o que entende por processo pendente!

Não é excessivo dizer que para o Governo por um lado, todos os processos são “iguais” (numa perspectiva matemática e estatística de processo) e que, por outro lado, para o Governo, processo com

decisão (final) é processo findo (não pendente). Esquecem-se, assim, realidades tão diversas como os processos de menores e processos de acidentes de trabalho que nunca estão findos e sempre estão em “actividade”, exigindo uma constante tramitação, apesar de terem uma decisão final. Isto é, estatisticamente findo, mas não processualmente findo!

Na lógica da proposta, só são admissíveis as alternativas seguintes: ou se ignora a realidade processual, os seus problemas específicos que lhe subjazem, os interesses que estão em causa em cada situação ou, então, não se ignorando esses factores, propositada, mas incompreensivelmente, desconsideram-se!

Ora, as realidades decorrentes das problemáticas da infância e da juventude, bem como de particularidades laborais, como, v.g., a sinistralidade laboral, não podem ser “lidas” (apenas) na sua quantificação estatística, numa operação de divisão matemática!

Sinal evidente dessa desatenção - o que se lamentaria - ou dessa desconsideração - o que seria preocupante - é a diminuição em 40% da actual capacidade do Tribunal de Trabalho de Lisboa, o que seria devastador para os direitos dos trabalhadores e das empresas, em virtude da proposta de extinção dos 4º e 5º juízos. Não há qualquer justificação plausível, não servindo nem uma alegação da acção da mediação laboral, que não tem números significativos para apresentar, nem uma repescagem da tentativa clássica de extinguir um Juízo por contraponto à criação/instalação de um Tribunal de Trabalho na Amadora...mas este não passa de figura de retórica política, visto nunca ter visto a luz do dia! Nesta proposta apenas se extingue...sem razão, sem justificação e sem compensação!

Os números reais preexistentes, hoje em dia, nos Tribunais que o Governo pretende extinguir levariam (terão de levar!) a uma outra conclusão, desde que sujeitos, por um lado, a um rigoroso levantamento por quem de direito e, por outro lado, a uma séria, adequada e correcta avaliação do que subjaz (em termos de interesse material dos cidadãos) aos processos que correm em tais Tribunais.

Deve, assim, e desde logo, o Governo emprestar uma outra análise às áreas ditas sociais (menores e laboral).

Se o fizer, estamos certos de que também chegará a outra conclusão e que deixará cair as extinções propostas nestas áreas e jurisdições.

### **c) E o Ministério Público?**

Vem sendo hábito – que não pode reputar-se como correcto! -, em diversos projectos legislativos respeitantes à administração da Justiça, o Governo omitir qualquer referência ao Ministério Público, quando seria forçoso fazê-lo na justa medida em que se opere uma qualquer “criação”, “reconversão” ou “extinção” de Juízos ou Tribunais.

Tal metodologia não é admissível, nem se compreende na perspectiva de uma integrada gestão e eficácia dos serviços.

Este é mais um projecto onde essa omissão é flagrante.

O Governo não pode continuar a desconhecer, por exemplo, a amplitude e importância social das tarefas que incumbem ao MP na área laboral, tanto no plano processual como no das actividades preliminares extra processuais de acompanhamento de perícias médicas e atendimento ao público.

Tem de dar a devida nota à meritória e imprescindível função social que representa o “Atendimento ao Público” nestes Tribunais, realizado semanalmente pelo Ministério Público e que nenhuma actividade de mediação fez, até agora, diminuir.

Com a (eventual) extinção de Juízos neste Tribunal em Lisboa, ter-se-á avaliado o impacto, em termos de sobrecarga horária e de trabalho para cada magistrado, que a manutenção de tais imprescindíveis actividades exige?

Será essa sobrecarga comportável quando analisada na perspectiva da “qualidade” da justiça oferecida ao cidadão?

Num outro plano, o Governo ponderou, ou não, a criação de mais estruturas de apoio ao Ministério Público em áreas que o CSMP e o PGR vêm considerando deficitárias?

Apenas a título de exemplo: foi, porventura pensada, em função dos números, a necessária criação de uma 3.ª Secção de processos de inquérito em Setúbal?

#### **d) Alternativas**

Virá o Governo, por certo, perguntar se, em face das dificuldades reconhecidas em certos departamentos deverá ficar tudo na mesma!

Obviamente que não!

Pode replicar-se, porém, com uma pergunta: o Governo estudou eventuais mecanismos potenciadores de respostas adequadas tendentes a uma imediata solução dos problemas mais gritantes, sem necessariamente “rever” a organização existente ou limitar essa revisão aos casos mais flagrantemente necessários?

Sem pôr em causa a necessidade de ajustamentos, entende porém o SMMP que estes não devem incidir e ser feitos à custa da eficácia de serviços que, reconhecidamente funcionam bem, que têm uma utilidade social determinante neste momento de crise económica e social e cuja extinção ou redução de efectividade nem sequer é fundamentada ou justificada na proposta em causa.

Lisboa, 20 de Abril de 2007  
**P’la Direcção do SMMP**  
**O Presidente**

(António Cluny)